

Ernesto Geisel*

Por Amélia Coutinho e Maria Cristina Guido

Na Presidência da República: a Distensão

No dia 14 de setembro de 1973, a Arena homologou por unanimidade as candidaturas de Geisel para a presidência e do general Adalberto Pereira dos Santos para a vice-presidência da República. Ambos foram eleitos pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974, recebendo quatrocentos votos contra 76 dados ao deputado Ulysses Guimarães e ao jornalista Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, auto-intitulados “anticandidatos” do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em protesto contra a forma da eleição. Houve, ainda, 21 abstenções.

Os editoriais e principais colunas políticas dos grandes jornais do Rio e São Paulo transmitiram uma expectativa otimista em relação à posse do novo governo, ocorrida em 15 de março de 1974. Durante o mandato do presidente Emílio Médici, as restrições às liberdades públicas e as denúncias sobre violação dos direitos humanos haviam atingido níveis inéditos em relação a seus antecessores, fazendo com que o projeto liberalizante apresentado por Geisel abrisse novas oportunidades para o diálogo com a oposição, a Igreja e setores intelectuais.

No dia 19 de março, o presidente se reuniu pela primeira vez com seu ministério, composto pelo general Golbery do Couto e Silva (Gabinete Civil), general Hugo Abreu (Gabinete Militar), general Vicente de Paulo Dale Coutinho (Exército), almirante Geraldo Henning (Marinha), brigadeiro Joelmir de Araripe Macedo (Aeronáutica), Mário Henrique Simonsen (Fazenda), Armando Falcão (Justiça), Antônio Francisco Azeredo da Silveira (Relações Exteriores), Arnaldo Prieto (Trabalho), Nei Braga (Educação e Cultura), Alisson Paulinelli (Agricultura), Dirceu Nogueira (Transportes), Euclides Quandt de Oliveira (Comunicações), Shigeaki Ueki (Minas e Energia), Severo Gomes (Indústria e Comércio), Paulo Machado (Saúde), João Paulo dos Reis Veloso (Planejamento) e Maurício Rangel Reis (Interior). Nesse momento ainda não fazia parte do ministério o general João Batista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), cujo cargo passaria a ser considerado equivalente ao de ministro somente a partir de 1º de maio seguinte.

Nessa reunião, referindo-se aos atos institucionais que haviam regulamentado nos anos anteriores as medidas de exceção, Geisel declarou que *“almejava vê-los não tanto em exercício duradouro ou frequente, mas como potencial de ação repressiva ou de contenção mais enérgica, até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes do contexto constitucional”*. Dez anos depois, reafirmou, em entrevista à *Folha de S. Paulo*, que já assumira o governo com a disposição de revogar os atos institucionais, principalmente o AI-5, até o final de seu mandato.

Ao mesmo tempo, a postura centralizadora que marcaria sua relação com seus auxiliares diretos ficou clara quando lhes comunicou que enviaria ao Congresso projetos de lei transformando o Ministério do Planejamento em Secretaria do Planejamento, adjunta à Presidência da República, e criando o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e o Ministério da Previdência Social.

Outro teste inicial da nova política ocorreu com a aproximação do dia 10 de abril de 1974, quando terminaria o prazo de suspensão dos direitos políticos da primeira lista de pessoas cassadas pelo AI-1, inclusive os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros. O clima de apreensão existente levou o ministro Armando Falcão a anunciar pela televisão que *“quem houvesse sido punido e, na vigência da punição e depois dela estivesse entregue ao trabalho individual pacífico, sem perturbar o processo revolucionário, poderia permanecer como se encontrava”*.

No dia 17 de maio, Geisel viajou até Foz do Iguaçu (PR) para encontrar-se com o presidente paraguaio Alfredo Stroessner e empossar a direção da Companhia Hidrelétrica de Itaipu, empresa binacional voltada para o aproveitamento do potencial energético do trecho do rio Paraná situado na fronteira entre Brasil e Paraguai. Nesse mesmo dia, o general Sílvio Frota assumiu o Ministério do Exército em substituição a Dale Coutinho, recém-falecido. No dia 30, Luís Gonzaga do Nascimento e Silva assumiu o recém-criado Ministério da Previdência Social.

Em discurso pronunciado no dia 29 de agosto e considerado pela imprensa na época como o mais importante desde o início de seu governo, Geisel definiu de forma mais clara seu projeto político como de *“distensão lenta, gradual e segura”*. Traduzindo o tradicional binômio “desenvolvimento e segurança” formulado pela ESG, esse projeto defendia *“o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável”*. Ao aplicá-lo, Geisel iria continuar uma política de abertura com frequentes reafirmações de sua autoridade e seu controle sobre o processo em curso.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento

As principais metas da política econômica do governo Geisel foram definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado pelo Congresso no segundo semestre de 1974. Pretendendo ajustar o funcionamento da economia nacional ao impacto da crise do petróleo e ao novo patamar alcançado pela indústria durante o “milagre brasileiro”, o plano dava ênfase especial à diminuição da dependência do país das fontes externas de energia e, ao mesmo tempo, considerava prioritário o desenvolvimento das indústrias básicas, das comunicações, ferrovias, navegação e portos. Esses setores deveriam ser cobertos pela ação governamental direta, pois demandavam investimentos gigantescos, com longo prazo de maturação e baixa rentabilidade relativa, ficando garantido ao setor privado o fornecimento de equipamentos e matérias-primas, com ênfase especial nas empresas nacionais. A presença maciça de capital estrangeiro nas áreas de infra-estrutura devia ser evitada, estimulando-se em compensação seu crescimento nos setores considerados não básicos, onde a taxa de lucro era maior.

As posições defendidas no II PND estimularam o debate sobre o papel do capital estrangeiro no país. O industrial Severo Gomes, titular da pasta da Indústria e Comércio e conhecido defensor do capital nacional, chegou a afirmar que o governo estava *“atento para o perigo que representa a vinda das indústrias estrangeiras melhor equipadas para concorrerem com as empresas aqui estabelecidas”*.

As eleições de 1974

A despeito das eleições indiretas de outubro de 1974, em que as assembleias legislativas estaduais elegeram governadores indicados pelo governo, todos da Arena, com a abstenção ou a ausência do MDB, as eleições de novembro para a renovação das assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado foram um marco na evolução da política de distensão. Geisel garantiu uma dose de liberdade de propaganda inexistente desde a edição do AI-5, inclusive com a utilização da televisão por todos os candidatos de ambos os partidos durante os dois meses que antecederam o pleito. Esse fato, aliado ao esgotamento do chamado “milagre brasileiro” e à opção pela luta eleitoral dos agrupamentos de esquerda que antes advogaram o voto nulo, conduziu, entre outros fatores, a uma importante vitória da oposição, que elegeu 16 senadores contra seis do partido governista. O MDB venceu nos principais estados do país, como São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco,

surpreendendo o governo e todas as correntes políticas atuantes.

Com esse resultado, a bancada arenista no Senado caiu de 59 para 46 cadeiras, enquanto a do MDB aumentou de sete para 20. Na Câmara, a Arena diminuiu sua bancada de 223 para 199 deputados e a oposição passou de 87 representantes para 165. No dia 30 de dezembro, Geisel fez um pronunciamento ao país, afirmando que o governo registrava o resultado eleitoral sem ressentimentos.

Apesar da política de distensão, os órgãos de segurança continuaram atuantes nesse período contra as organizações clandestinas, centrando sua ação principalmente sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que havia sido menos atingido nos anos anteriores. Houve denúncias, veiculadas pela imprensa, sobre o desaparecimento de 14 dirigentes desse partido, presos ainda em 1974, mas a principal ofensiva policial ocorreu em janeiro de 1975, quando foi descoberta a gráfica clandestina do PCB, instalada no subterrâneo de uma casa no subúrbio de Campo Grande, no Rio. O ministro Armando Falcão compareceu em seguida à televisão para reafirmar oficialmente que “o PCB, o comunismo e a subversão não terão mais vez nesse país”.

As primeiras utilizações do AI-5 por Geisel

Em abril de 1975, a Assembleia Legislativa do Acre rejeitou, por duas vezes, os nomes propostos pelo governador para o cargo de prefeito da capital, provocando violenta reação do governo federal, que utilizou pela primeira vez os poderes excepcionais previstos pelo AI-5 e decretou intervenção federal no município de Rio Branco. Na mesma ocasião, o presidente utilizou o AI-5 para punir um juiz, um escrivão e um tenente da Aeronáutica envolvidos em corrupção no território de Rondônia.

A intervenção em Rio Branco causou apreensão tanto na Arena quanto no MDB, cujo secretário-geral, deputado Tales Ramalho, divulgou nota oficial afirmando que essa medida não servia para “o aprimoramento das instituições democráticas e, muito menos, à política de distensão reiterada em tantos pronunciamentos pelo presidente da República”. Geisel voltaria a utilizar o AI-5 mais duas vezes ainda em 1975, para cassar em 1º de julho o mandato e os direitos políticos do senador pernambucano Wilson Campos, da Arena, acusado de corrupção, e confiscar os bens do grupo J. J. Abdala em 15 de setembro, por irregularidades administrativas e acúmulo de dívidas superiores a seis bilhões de cruzeiros.

O acordo nuclear com a Alemanha

No dia 29 de maio de 1975, o chanceler Azeredo da Silveira revelou que havia entendimentos em curso para a construção de reatores nucleares no Brasil com base em tecnologia alemã. Esta declaração causou grande impacto no país, pois nem a comunidade científica nem os partidos políticos estavam informados das negociações. A repercussão no exterior também foi significativa devido à posição dos Estados Unidos e da União Soviética, contrárias à difusão da tecnologia nuclear para países, como o Brasil, não signatários do Tratado de Não-Proliferação de Armas Atômicas.

Apesar dessas resistências, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha foi assinado em Bonn no dia 27 de junho de 1975, envolvendo, até 1990, uma quantia estipulada entre dez bilhões de dólares para a construção de oito centrais nucleares, uma usina de enriquecimento de urânio e empresas para o reprocessamento do combustível atômico, além de trabalhos de prospecção de minérios radioativos. Para a implementação do acordo, foram criadas diversas empresas binacionais, ligadas, no lado brasileiro, à Nuclebrás.

O governo Geisel saudou este acontecimento como uma grande vitória diplomática do Brasil, afirmando que o acordo garantia a autonomia energética do país até as primeiras décadas do século XXI. Mesmo assim, o projeto foi duramente criticado por setores da comunidade científica e da oposição principalmente devido à centralização das decisões, à pequena transferência de tecnologia para o Brasil, à existência de um vasto potencial hidrelétrico ainda não aproveitado e ao considerável aumento provocado na dívida externa do país.

A crise econômica e os contratos de risco

A queda na taxa de crescimento econômico do país, o impacto da crise do petróleo, o significativo aumento da dívida externa e o desequilíbrio do balanço de pagamentos compunham nessa época um quadro de dificuldades crescentes e, a curto prazo, insolúveis na economia brasileira. As metas do II PND tornaram-se inatingíveis, levando setores do próprio governo a defenderem a adoção de um plano de emergência capaz de redefinir os rumos da política econômica e reorientar os investimentos públicos, então comprometidos com pesadas obras de infra-estrutura que necessitariam de larga maturação.

Nesse contexto, apareceram divergências entre os ministros Mário Henrique Simonsen (da Fazenda) e Severo Gomes (da Indústria e Comércio), principalmente em torno do tratamento a ser dispensado ao capital estrangeiro. Em julho de 1975, Severo conseguiu impedir que a multinacional Philips adquirisse o controle acionário da Consul, empresa brasileira de eletrodomésticos. Na reunião do CDE realizada em 29 de setembro seguinte sob a presidência de Geisel, Simonsen apresentou suas “*Notas sobre o problema do capital estrangeiro no Brasil*” e defendeu liberdade de ação para as empresas multinacionais, sendo contestado por Severo, que propunha a adoção de mecanismos capazes de garantir um estilo de desenvolvimento menos dependente para o Brasil.

Os problemas do balanço de pagamentos com o exterior tornavam-se cada vez mais graves diante da dificuldade de reduzir significativamente a pauta de importações (composta em grande parte por petróleo, máquinas, equipamentos e insumos básicos) ou aumentar as exportações em um período de crise econômica internacional. Nesse contexto, uma das medidas estudadas pelo governo foi a adoção de contratos de risco entre a Petrobras e empresas estrangeiras para a prospecção de petróleo na plataforma continental do país. Apesar da posição contrária de Severo Gomes e de Azeredo da Silveira, expressa em reunião do ministério, Geisel fez um dramático pronunciamento à nação no dia 9 de outubro para anunciar a autorização àqueles contratos. Enfatizou então que o monopólio estatal previsto em lei não devia ser entendido como um fim em si mesmo, mas sim um meio para “assegurar, nas melhores condições possíveis, o abastecimento nacional de petróleo”. A comissão executiva nacional do MDB divulgou em seguida nota oficial de repúdio a essa medida, reclamando da rapidez e da forma centralizada com que fora adotada e reiterando sua crítica a toda a política econômica em vigor. Pouco depois, o ministro da Justiça enviou circular a todos os governadores proibindo a realização de manifestações públicas de protesto.

Os Primeiros Confrontos com a “Linha Dura” Militar

A ofensiva dos órgãos de repressão contra o PCB continuou durante todo o segundo semestre de 1975, produzindo centenas de prisões, principalmente em São Paulo. No dia 26 de outubro de 1975, o general Ednardo D'ávila Melo, comandante do II

Exército, distribuiu nota oficial comunicando que o jornalista Vladimir Herzog fora encontrado morto por enforcamento em uma das celas do Centro de Operações para a Defesa Interna, ligado ao Departamento de Operações Internas e conhecido pela sigla DOI-CODI, organismo militar responsável pela coordenação dos diversos centros de polícia política em cada região. Herzog era diretor-responsável do Departamento de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo e editor de cultura da revista *Visão*. Sua morte causou grande impacto na opinião pública, que colocou sob suspeição a versão oficial.

Segundo os jornalistas André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, Geisel designou imediatamente o coronel Gustavo de Moraes Rego, seu assessor, para apurar a verdade e cuidar para que os outros jornalistas convocados pelo DOI-CODI só se apresentassem com garantias. De acordo com as fontes citadas, o secretário de Imprensa da Presidência da República, Humberto Barreto, revelou então pela primeira vez o clima de confrontação existente entre o presidente e os órgãos de repressão política, especialmente os de São Paulo, contestadores da distensão e ligados ao ministro do Exército, general Sílvio Frota. Barreto chegara a pedir demissão de seu cargo, mas fora convencido a permanecer pelo próprio Geisel, que revelara necessitar de pessoas fiéis para desarticular o esquema adversário.

Com a aproximação da missa de sétimo dia por Vladimir Herzog, o ministro Golbery do Couto e Silva transmitiu recomendações aos jornalistas paulistas para que não aceitassem provocações capazes de radicalizar ainda mais a situação. A missa, rezada pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, reuniu milhares de pessoas na catedral da Sé em um ambiente de grande tensão, acabando por tornar-se a primeira manifestação política de envergadura contra o governo. No Rio, o cardeal-arcebispo dom Eugênio Sales proibiu a realização do culto que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) pretendia promover na igreja de Santa Luzia.

Apesar desse episódio, a ofensiva contra o PCB continuou. No dia 15 de novembro, a imprensa publicou um relatório da 5ª RM sobre a prisão de 67 membros desse partido no Paraná e, oito dias depois, foi a vez do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) paulista divulgar um extenso documento sobre as atividades dos comunistas nesse estado, envolvendo 105 nomes de militantes e simpatizantes, entre os quais os deputados Marcelo Gato, federal, e Alberto Goldman e Néelson Fabiano Sobrinho, estaduais, eleitos na legenda do MDB.

Em fins de 1975, Geisel foi homenageado com um almoço no quartel-general do Exército, ao qual compareceram 117 oficiais-generais das três armas. Na ocasião, o ministro Sílvio Frota discursou afirmando o apoio *“franco e irrestrito”* dos militares ao presidente e a impossibilidade de que *“intrigas ou pessimismos... possam dividir-nos ou abalar nossa lealdade ao chefe do governo”*. Entretanto, essa harmonia foi quebrada logo no mês seguinte, em 19 de janeiro de 1976, com o anúncio da repetição do “caso Herzog”. Dessa vez, a vítima foi o operário José Manuel Fiel Filho, também encontrado morto por enforcamento — “com suas próprias meias”, segundo a versão oficial — nas dependências do DOI-CODI do II Exército.

Eclodiu então o segundo confronto aberto entre Geisel e a chamada “linha dura” militar. O presidente viajou imediatamente para São Paulo e, com inusitada rapidez, exonerou o general Ednardo D’ávila do comando do II Exército, nomeando o general Dilermando Gomes Monteiro para substituí-lo. Essa alteração foi seguida de uma profunda mudança nos escalões intermediários, com a designação para comandos de regimentos, brigadas e divisões sediadas na área do II Exército de oficiais inteiramente ligados ao presidente, como o general José Fragomeni (que assumiu o comando da 2ª Divisão de Exército), o general Fernando Guimarães de Cerqueira Lima (designado para a 12ª Brigada de Infantaria, sediada em Caçapava), e o general Gustavo de Moraes Rego (que passou a chefiar a 11ª Brigada de Infantaria Blindada, com sede em Campinas). O general Ednardo D’ávila foi remanejado para o Departamento de Ensino e Pesquisa, mas

se recusou a assumir suas novas funções, pedindo transferência para a reserva.

As eleições de 1976 e a Lei Falcão

Apesar das dificuldades no campo econômico, o produto interno bruto brasileiro cresceu 4,2% em 1975. Entretanto, o saldo negativo no balanço de pagamentos e na balança comercial, junto com o aumento da dívida externa para 28 bilhões de dólares e da taxa de inflação para 38% indicavam que a crise estava em curso. Também no terreno político Geisel enfrentava adversidades. Paralelamente aos confrontos com a extrema direita, a política de distensão enfrentava também contradições com a oposição ao regime militar. O AI-5 voltou a ser utilizado em janeiro de 1976 para cassar o mandato e suspender por dez anos os direitos políticos dos deputados Marcelo Gato e Nélson Fabiano Sobrinho, acusados pelos órgãos de repressão de pertencerem ao PCB. Mesmo assim, em discurso pronunciado por ocasião da abertura do ano legislativo em 1º de março seguinte, Geisel reafirmou seu projeto de abertura e garantiu a realização das eleições municipais previstas para o dia 15 de novembro desse ano. Mas as cassações de mandatos continuaram, tendo atingido em 29 de março os deputados federais gaúchos Nadir Rosseti e Amauri Müller, e três dias depois o carioca Lisânias Maciel, que protestara contra aquelas medidas.

No dia 1º de maio, Geisel participou em Volta Redonda (RJ) da cerimônia de início das obras da Ferrovia do Aço, prevista no II PND. Nos meses seguintes, entretanto, ficou clara a impossibilidade de cumprir os objetivos definidos nesse plano, o que causou a paralisação da construção da ferrovia e de outros investimentos e fortaleceu a autonomia do ministro da Fazenda para redefinir os rumos da política econômica, visando principalmente controlar a inflação e equilibrar o balanço de pagamentos.

Em 6 de maio, o ex-presidente João Goulart morreu na Argentina. Geisel autorizou o traslado do corpo para São Borja (RS), terra natal de Goulart, onde 30 mil pessoas se reuniram para o enterro e ouviram discursos do deputado estadual Pedro Simon, presidente da seção gaúcha do MDB, e do deputado federal mineiro Tancredo Neves, representante do diretório nacional desse partido, pregando a união nacional e a reconciliação “sem represálias”.

De posse de relatórios dos serviços de informação sobre a influência dos meios de comunicação de massa na vitória eleitoral do MDB em 1974, o governo federal elaborou a chamada Lei Falcão, batizada com o nome do ministro da Justiça e sancionada por Geisel em 24 de junho de 1976, reduzindo a propaganda política no rádio e na televisão a níveis mínimos. Os candidatos não poderiam aparecer ao vivo nesses veículos, que mostrariam apenas suas fotografias enquanto um locutor lia o currículo de cada um.

No início de agosto, o jornal *O Estado de S. Paulo* iniciou uma série de reportagens que obteve grande repercussão, tratando das regalias colocadas à disposição dos altos funcionários da administração federal, como o uso de aviões particulares, casas com piscina, verba de representação etc. Esses artigos, popularizaram o termo “mordomia” para caracterizar vantagens extraordinárias e desproporcionais ao trabalho realizado, e levaram o governo a definir novas normas para seus funcionários de alta graduação. Pouco depois, o presidente voltou a lançar mão do AI-5 para suspender por dez anos os direitos políticos de cinco pessoas ligadas à administração estadual do Rio Grande do Norte, acusadas de irregularidades administrativas, entre elas o ex-governador José Cortez Pereira, e o deputado federal arenista Nei Lopes de Sousa.

A morte do ex-presidente Juscelino Kubitschek, ocorrida em acidente automobilístico no dia 22 de agosto de 1976, desencadeou forte emoção no país e levou Geisel a decretar luto oficial por três dias, na primeira homenagem feita por um governo do ciclo pós-1964 a um político cassado. O corpo de Kubitschek foi velado no Rio por três

mil pessoas e trasladado a Brasília, onde cem mil pessoas acompanharam seu enterro cantando o Hino Nacional e o *Peixe Vivo*, canção do folclore mineiro.

Com a aproximação das eleições municipais de novembro, Geisel se lançou pessoalmente no apoio à campanha arenista, visitando 45 municípios espalhados por 16 estados. Embora o MDB tenha vencido o pleito nas concentrações urbanas de maior parte, o partido governista compensou esse resultado no interior e nas cidades pequenas, obtendo 53,58% dos votos válidos no cômputo geral. No início de dezembro, o AI-5 foi acionado mais uma vez para cassar o mandato do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado Leonel Júlio, da Arena, acusado de corrupção.

O acirramento de divergências no governo

Em 29 de dezembro de 1976, Geisel falou pela primeira vez a jornalistas brasileiros sobre a política econômica do seu governo, admitindo que nesse momento o país necessitava desenvolver uma agressiva política de exportação que contrariava parcialmente as metas de crescimento do mercado interno anteriormente definidas. Os investimentos públicos previstos pelo II PND para 1977 teriam que ser reduzidos em 25% para evitar a escalada da inflação (estacionada em torno de 40%) e da dívida externa (cerca de 31 bilhões de dólares), e controlar o déficit do balanço de pagamentos.

As dificuldades econômicas e o prosseguimento da política de distensão contribuíram para o acirramento das divergências dentro do primeiro escalão do governo. No plano político, começaram a aparecer publicamente os problemas existentes entre o presidente e o ministro do Exército, que em visita a guarnições de Minas Gerais chegou a afirmar que os caminhos traçados pela revolução de 1964 estavam sendo esquecidos. Houve especulação em torno do afastamento do ministro e da ligação desse fato com a sucessão presidencial, objeto de articulações nos meios militares desde essa época. A candidatura do general Frota estava sendo trabalhada principalmente pelos generais Ênio dos Santos Pinheiro (secretário-geral do Ministério do Exército) e Jaime Portela (ex-chefe do Gabinete Militar durante o governo Costa e Silva), causando atritos com Geisel. Segundo Válder de Góis, no dia 2 de janeiro de 1977 o presidente foi advertido pelo general Hugo Abreu de que importantes parcelas do Exército faziam restrições à eventual indicação do general João Batista Figueiredo, colocando em risco a unidade militar.

No início de março, as relações entre o Brasil e os Estados Unidos foram afetadas pela reação do governo Geisel às pressões de Washington contra o Acordo Nuclear com a Alemanha e à leitura no Congresso norte-americano de um relatório denunciando torturas e desaparecimento de cidadãos brasileiros. Em resposta, o Brasil, através de seu embaixador João Batista Pinheiro, denunciou o acordo militar assinado entre os dois países em 1952.

Discursando em comemoração aos seus três anos de governo, Geisel reafirmou em meados de março sua fidelidade “aos princípios que constituem a base doutrinária da Revolução” e advertiu que o progresso da abertura política tinha que ser paulatino, gradual e lento, dando margem a rumores de que o governo se preparava para introduzir modificações na legislação eleitoral a fim de garantir a vitória da Arena no pleito parlamentar de novembro do ano seguinte.

O “Pacote de Abril” de 1977

Em 30 de março, o anteprojeto elaborado pelo governo sobre a reforma do Poder Judiciário foi levado à votação no Congresso e não obteve os 2/3 de votos necessários à sua aprovação. Geisel reuniu imediatamente o Conselho de Segurança Nacional e, dois

dias depois, anunciou ao país a decisão de decretar o recesso do Congresso pelo Ato Complementar nº 102, acusando o MDB de “minoría ditatorial”. Segundo os jornalistas André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, o presidente sofreu nesse intervalo fortes pressões militares para cassar os mandatos de 20 parlamentares, mas negou-se a fazê-lo sem apresentação de motivos concretos. No dia 2 de abril, a comissão executiva do MDB divulgou nota oficial repelindo as acusações do presidente e afirmando que “em nenhum país democrático a rejeição de projeto de governo pelo parlamento constitui razão para a decretação do recesso do Poder Legislativo”. No dia 6, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) informou oficialmente que resolvera “considerar-se em sessão permanente a fim de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos que provocaram o recesso do Congresso Nacional”.

Durante os 14 dias em que o Congresso esteve fechado, o presidente decretou a reforma do Judiciário pretendida pelo governo e baixou uma série de medidas de grande alcance político, voltadas principalmente para garantir a preservação da maioria governista no Legislativo e o controle sobre os cargos executivos em todos os níveis. De acordo com esse conjunto de medidas, conhecido como “Pacote de Abril”, o mandato presidencial passou a ter duração de seis anos a partir do sucessor de Geisel, a eleição de governadores permaneceu indireta, os mandatos de prefeitos e vereadores a serem eleitos em 1980 seriam de apenas dois anos, para permitir a coincidência geral das eleições em 1982, 1/3 dos senadores passou a ser eleito de forma indireta, as bancadas dos estados menos desenvolvidos (onde a Arena obtinha melhores resultados) foram aumentadas, as emendas constitucionais passaram a depender de maioria simples no Congresso para serem aprovadas e as limitações à propaganda eleitoral previstas na Lei Falcão foram estendidas às eleições gerais. Foram introduzidas ainda alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) com o objetivo de estender para 30 dias o período de férias dos empregados, além de outras medidas sobre aluguel, impostos e concursos públicos.

No dia 1º de maio, Geisel anunciou a criação do Conselho Nacional de Política do Emprego, subordinado ao Ministério do Trabalho, e a concessão de um abono de um salário mínimo para os trabalhadores que recebiam até cinco vezes esse valor e estavam cadastrados há mais de cinco anos no Plano de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). Em entrevista concedida a jornalistas franceses pouco depois, o presidente usou pela primeira vez a expressão “democracia relativa” para se referir ao regime vigente no Brasil e, justificando as medidas adotadas em abril, afirmou que a democracia brasileira não podia ser igual à francesa ou à inglesa, pois os níveis de desenvolvimento econômico e social eram diferentes.

Em junho, Geisel voltou a acionar o AI-5 para cassar os mandatos dos deputados Marcos Tito, de Minas Gerais, e José Alencar Furtado, do Paraná, ambos do MDB. O primeiro havia lido em fins de maio na câmara, sem citar a fonte, uma adaptação de um editorial do jornal clandestino *Voz Operária*, órgão oficial do PCB, e o segundo, líder da bancada oposicionista, criticava os órgãos de repressão durante programa transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão. A repercussão deste programa levou Geisel a assinar posteriormente (26/7) o Ato Complementar nº 104, suspendendo “em caráter provisório” o dispositivo da Lei Orgânica dos Partidos que assegurava o acesso anual dos partidos aos meios de comunicação.

Enfrentamento Decisivo com a “Linha Dura”

A candidatura do ministro do Exército à presidência da República continuou sendo articulada durante o ano de 1977, chegando a obter o apoio de um grupo de parlamentares, inclusive alguns integrantes do MDB. Os oficiais favoráveis a Frota

pretendiam tomar a dianteira no debate sucessório e, através da ameaça de quebra da unidade militar, criar um fato consumado ao presidente, que continuava a favor da escolha do general Figueiredo mas proibira qualquer discussão sobre o assunto.

Ao mesmo tempo, a atuação de Frota à frente do Ministério do Exército tornava-se mais autônoma em relação às diretrizes de Geisel, como ficou demonstrado em fins de setembro de 1977 no episódio da expulsão do ex-governador gaúcho Leonel Brizola do Uruguai, onde se encontrava exilado desde 1964. Contatado por familiares de Brizola, Geisel chegou a admitir sua volta ao Brasil, desde que o líder cassado permanecesse confinado em algum lugar do território nacional. Sem consultar o presidente, Frota decidiu o contrário e determinou que o III Exército deslocasse tropas para a fronteira com o Uruguai a fim de impedir a entrada de Brizola no país. Essa divergência de orientações causou grande irritação no presidente, mas na reunião seguinte do Alto Comando do Exército o ministro obteve apoio da maioria dos generais de quatro estrelas.

No início de outubro, a candidatura de Frota parecia ganhar força e deter a iniciativa, levando seus articuladores a preparar para o dia 16 seguinte uma entrevista conjunta do marechal Odílio Denis, do almirante Augusto Rademaker e do brigadeiro Márcio de Sousa e Melo, ex-ministros então na reserva, que manifestariam publicamente seu apoio a Frota. Ao mesmo tempo, corriam rumores em Brasília de que Geisel receberia um ultimato no dia 14 para aderir a essa candidatura, cuja base de apoio político estava sendo intensamente trabalhada pelos parlamentares que apoiavam. Frota contava ainda com um relatório do Centro de Informações do Exército (CIEx) denunciando a presença de 97 pessoas consideradas subversivas em cargos de confiança da administração pública, que ele pretendia divulgar para comprovar seu ponto de vista sobre os perigos de distensão.

De posse destas informações, o presidente resolveu demitir o ministro do Exército sem demora. O encontro dos dois ocorreu no dia 12 de outubro, ocasião em que os principais chefes militares do país também foram chamados à capital federal e recebidos no aeroporto por oficiais da confiança de Geisel. O presidente conseguiu frustrar dessa forma a tentativa de Frota de reunir o Alto Comando para resistir à demissão. Depois de algumas horas de grande tensão, a situação militar se definiu a favor do presidente, que nomeou para o ministério o general Fernando Bethlem, comandante do III Exército e considerado também integrante da “linha dura”. No mesmo dia, o Gabinete Militar da Presidência da República divulgou informações de que o novo ministro era o mais forte candidato à sucessão presidencial.

Em discurso pronunciado para as principais lideranças da Arena no dia 1º de dezembro de 1977, Geisel reafirmou a continuidade do seu projeto político e admitiu inclusive a substituição dos mecanismos excepcionais do AI-5 por “salvaguardas constitucionais” capazes de garantir a segurança do Estado. Na ocasião, o presidente oficializou a chamada missão Portela, encarregada de negociar com setores representativos da sociedade a adoção de reformas político-institucionais no sentido da liberalização do regime. Com esse objetivo, o presidente do Senado, Petrônio Portela, estabeleceu entendimentos inicialmente com a CNBB, a OAB, a ABI e entidades sindicais de empregados e empregadores para, mais tarde, negociar com o MDB.

A definição do quadro sucessório

No dia 31 de dezembro de 1977, Geisel comunicou formalmente ao general Figueiredo que o indicaria como seu sucessor. Havia, entretanto, diversos problemas políticos tanto no meio civil quanto no militar a serem resolvidos para consolidar essa escolha. O senador mineiro José de Magalhães Pinto trabalhava abertamente para obter maioria na convenção da Arena para sua própria indicação. No início de janeiro de 1978,

o general Hugo Abreu entregou ao presidente um documento criticando duramente o grupo que articulava a candidatura do chefe do SNI, incapaz, a seu ver, de unir o Exército. Na lista de oito nomes apresentados no documento, Figueiredo ocupava o último lugar, precedido dos generais Bethlem, Samuel Alves Correia, Dilermando Monteiro, Reinaldo Melo de Almeida e Euler Bentes Monteiro, do ex-governador do Paraná Nei Braga e do governador de Minas Gerais, Aureliano Chaves.

No dia 4 de janeiro, o presidente criticou o relatório e reafirmou sua escolha perante o general Hugo Abreu, que, por sua vez, ampliou suas críticas ao grupo pró-Figueiredo (citando nominalmente o ministro Golbery e os secretários Heitor Ferreira e Humberto Barreto) e pediu demissão do Gabinete Militar, sendo substituído pelo general Gustavo de Moraes Rego. No dia seguinte, o presidente formalizou a indicação da chapa Figueiredo-Aureliano Chaves, afirmando que buscara pessoas capazes de “*levar adiante o processo de institucionalização e eliminar as leis de exceção vigentes no país*” definindo “*a trajetória que nossa revolução vai seguir daqui por diante*”. Preocupado em consolidar essa indicação, Geisel teve que usar toda a sua autoridade para que o Alto Comando do Exército incluísse o nome de Figueiredo em primeiro lugar na lista de generais-de-divisão que poderiam receber a quarta estrela em março de 1978, condição importante para aumentar o respaldo militar do candidato, que ocupava nessa época o quinto lugar na ordem normal de promoções ao posto máximo da hierarquia. Vitorioso por seis votos contra quatro, o presidente promoveu Figueiredo a general-de-exército em 31 de março, data do 14º aniversário do movimento político-militar de 1964, preterindo nessa mesma ocasião o general Hugo Abreu, segundo na ordem normal prevista pelo *Almanaque do Exército*.

Ao lado das contradições internas ao próprio regime, o governo enfrentava também o crescimento da luta pela anistia, apoiada por importantes setores da sociedade, e os primeiros sinais de reanimação do movimento operário depois de uma paralisia de muitos anos. Em maio, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) realizaram com êxito a primeira greve dessa categoria desde 1964, projetando o presidente do seu sindicato, Luís Inácio da Silva, o Lula, como uma nova liderança no cenário nacional.

No terreno político, o governo respondeu a esse conjunto de pressões com o envio ao Congresso, em junho, de um pacote de medidas que buscavam garantir a continuação da política de abertura dentro dos limites definidos pelo próprio regime. A proposta incluía a revogação do AI-5 e do Decreto-Lei nº 477 (que previa a expulsão de estudantes por motivos políticos); a inserção de novas medidas de emergência na Constituição; a transferência para o STF da responsabilidade de cassar mandatos parlamentares, com base em denúncias enviadas pelo Executivo; a permissão para o reinício das atividades políticas dos cidadãos cassados havia mais de dez anos; o restabelecimento do *habeas-corpus* para crimes políticos; a abolição das penas de morte, prisão perpétua e banimento; o abrandamento das penas previstas na Lei de Segurança Nacional; a diminuição das exigências para a criação de novos partidos e a restauração do voto em separado do Senado e da Câmara na apreciação das emendas constitucionais. Geisel usou de grande energia para conseguir a aprovação desse conjunto de medidas, exigindo sua votação em bloco sem a apresentação de emendas. Segundo o *Jornal do Brasil*, o presidente chegou a comunicar aos líderes da maioria no Congresso sua disposição de outorgar as reformas e realizar novas cassações de mandatos caso o Legislativo rejeitasse o projeto.

No dia 4 de agosto, o governo sancionou o Decreto-Lei nº 1.632, transferindo da Lei de Segurança Nacional para a legislação trabalhista o julgamento de movimentos grevistas. Em 3 de setembro, como era previsto, a Arena elegeu por via indireta 20 governadores estaduais, cabendo ao MDB apenas o governo da Guanabara, onde a oposição era majoritária no Colégio Eleitoral. O único caso em que a Arena escolheu seu candidato contra os desejos do palácio do Planalto foi o de São Paulo, onde Lauro Natel

foi preterido por Paulo Salim Maluf.

Depois de vencer as etapas da adoção das primeiras reformas político-institucionais básicas, da oficialização da candidatura do general Figueiredo e do equacionamento da sucessão nos estados — tudo isso sem utilizar medidas de exceção —, a política de Geisel estava fortalecida para enfrentar a oposição articulada em torno da Frente Nacional pela Redemocratização, que buscou agrupar no segundo semestre de 1978, além do MDB, setores militares descontentes e políticos arenistas dissidentes em torno das candidaturas do general Euler Bentes e do senador gaúcho Paulo Brossard para a presidência e vice-presidência da República. No dia 15 de outubro, a chapa oficial foi eleita por 355 votos contra 226 dados à oposição garantindo assim mais um mandato presidencial para o grupo que, dentro do próprio regime, patrocinava a política de distensão gradual.

O desafio seguinte enfrentado por essa política foram as eleições de 15 de novembro para a renovação das assembleias legislativas, da Câmara dos Deputados e de 1/3 do Senado já que outro 1/3 foi eleito indiretamente, garantindo assim a maioria governista). Geisel participou intensamente da campanha da Arena, que elegeu 15 senadores e 228 deputados federais contra 8 senadores e 196 deputados do MDB. Entretanto, a oposição venceu na soma total de votos para o Senado (17 milhões e quatrocentos mil contra 13 milhões e cem mil dados à Arena) e permaneceu majoritária nos principais estados do país, levando o vice-presidente eleito, Aureliano Chaves, a pedir para o governo “não tapar o sol com a peneira”, ou seja, admitir a nova correlação de forças no Congresso.

No dia 29 de dezembro de 1978, Geisel instruiu o Itamaraty para facilitar a concessão de passaportes e títulos de nacionalidade a brasileiros que viviam fora do país por motivos políticos e revogou os atos de banimento de mais de cem exilados que haviam saído das prisões em troca de embaixadores estrangeiros sequestrados nos anos anteriores. A lista de nomes indesejáveis elaborada pelo SNI foi substancialmente reduzida, mas o governo continuou se negando a conceder a anistia reclamada pela oposição e importantes entidades civis.

Aspectos Sociais e Econômicos do Governo Geisel

Petróleo, energia e insumos básicos foram os setores que receberam maiores somas de investimento estatal durante o governo Geisel. A potência instalada de energia elétrica cresceu 65%, as reservas conhecidas de petróleo aumentaram 44%, a capacidade nacional de refino aumentou 73%. No campo dos insumos básicos, a produção de lingotes de ferro cresceu 70%, a de alumínio 78%, a de zinco 111%, a de chumbo 38%, a de produtos petroquímicos 117%, a de fertilizantes fosfatados 305%, a de soda cáustica 174%, a de ácido sulfúrico 77%, a de cloro 176% e a de celulose 83%. Mesmo assim, o país continuou dependendo de importar parte significativa dos insumos básicos necessários.

O produto agropecuário cresceu 26% entre 1973 e 1978, contra um incremento de 46% no produto industrial no mesmo período. Segundo a revista *Visão* em março de 1979, os principais problemas apresentados pelo setor agrícola ao fim do governo Geisel eram o endividamento excessivo e a incapacidade de responder simultaneamente às necessidades dos mercados interno e externo. No setor de transportes, foram implantados 7.950km de rodovias e 1.140km de ferrovias, permanecendo portanto a tradicional ênfase no transporte rodoviário.

Os principais problemas de economia em fins de 1978 continuavam sendo o crescimento da taxa de inflação, então situada em 42%, e da dívida externa de 42 bilhões de dólares. Prosseguiu também o processo de concentração de renda verificado pelo

censo de 1970, com um aumento de 14% na participação do decil mais rico da população na renda nacional. Apesar de investir mais recursos em educação do que os governos anteriores, a administração de Geisel não conseguiu universalizar o ensino de primeiro grau, implantar em escala suficiente o ensino profissional no segundo grau e resolver as graves deficiências na qualidade da educação ministrada.

A última medida política de grande impacto do seu governo foi a extinção do AI-5, decretada em 31 de dezembro de 1978, confirmando a disposição de Geisel, declarada em entrevista à *Folha de S. Paulo* ao se completarem os dez anos do início de seu mandato, em revogar todos os atos institucionais até o final de seu mandato.

Em 15 de março de 1979, o general Figueiredo assumiu a presidência, dando continuidade à política de “distensão lenta, gradual e segura” inaugurada por seu antecessor.

* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>